

**Origens do conceito de Intersubjetividade:
Uma trajetória entre a Filosofia e a Psicanálise Contemporânea**

**The Origins of the Intersubjectivity Concept:
A path between Philosophy and Contemporary Psychoanalysis**

**Angela Piva
Andréia Ponsi
Carime Saldanha
Elisabel Gomes
Janice Martini
Jussara Dariano
Karla Ferraro
Mara Luiza D. da Silva
Rosane Spizzirri**

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo resgatar as origens do conceito de intersubjetividade desde as bases filosóficas até a psicanálise contemporânea, refletindo acerca de seus efeitos na constituição do sujeito. Por último, abordar-se-á sob a luz da vincularidade as implicações dos fenômenos intersubjetivos no que tange ao intrapsíquico e ao intersubjetivo.

ABSTRACT: This article aims to uncover the origins of the intersubjectivity concept from the philosophical to the contemporary psychoanalysis, reflecting on its effects on subjectivity. Finally, it will propose from Psychoanalytic Family Theory the implications of intersubjective phenomena in relation to the intrapsychic and the intersubjective.

Descritores: intersubjetividade, filosofia, psicanálise contemporânea.

Keywords: intersubjectivity, philosophy, contemporary psychoanalysis.

INTRODUÇÃO

Os textos sobre intersubjetividade apresentam a noção interacional como fato concreto. Nestes termos, a palavra interação é considerada a base consensual do intersubjetivismo. O conceito de intersubjetividade tem sido utilizado também para designar diferentes processos ou aspectos de um mesmo processo, sendo muitas vezes usado como equivalente a conceitos como relação, inter-relação, interpenetração, interdependência, interjogo, vínculo, mútua constituição, interpessoal ou interativo (Coelho Júnior, 2008).

A pretensão é definir o que se entende atualmente por intersubjetividade, estabelecendo suas origens na filosofia e situando o termo dentro de uma epistemologia psicanalítica.

I – AS BASES FILOSÓFICAS DO CONCEITO DE INTERSUBJETIVIDADE

Subjetividade e intersubjetividade são temas desenvolvidos pela fenomenologia. E têm por base alguns aspectos da teoria de Hegel e fundamentos da fenomenologia de Husserl, o qual parece ter sido o primeiro a utilizar o termo intersubjetividade.

Hegel propõe uma revisão crítica da filosofia do sujeito que vai de Descartes a Kant e tem por princípio uma subjetividade definida como razão, vontade autônoma e poder de auto-reflexão. Supõe que, para todo processo de socialização do indivíduo, existe um conjunto de obrigações intersubjetivas baseadas na eticidade – vida ética.

A questão para ele não é tanto a origem, mas muito mais a transformação e a ampliação da sociedade, de modo que a liberdade individual e as particularidades de cada um possam ser conciliados com os vínculos.

Sua teoria do reconhecimento consiste fundamentalmente na ideia de que os sujeitos só podem formar e afirmar suas identidades pessoais, na medida em que essas identidades são reconhecidas por um outro.

No contexto oferecido pelo sistema da vida ética, é possível perceber, ainda que não claramente, três formas fundamentais de reconhecimento:

- _ o amor: entendido como conjunto das relações amorosas, tanto sexuais como as de amizade e família;
- _ o direito: que assegura uma liberdade;

_ a solidariedade: que remete à socialização do indivíduo inteiro, garantindo-lhe uma forma de caráter.

Isto significa uma incorporação definitiva da teoria do reconhecimento e da intersubjetividade no interior de uma filosofia do sujeito (Repa, S. 2007).

Edmund Husserl (1859-1938), nas suas “Meditações Cartesianas”, desenvolveu argumentações centrais sobre a fundamental importância da experiência intersubjetiva para a formação da subjetividade.

A fenomenologia, do grego: *phainomenon* – fenômeno, aquilo que se mostra por si mesmo e *logos* – o discurso esclarecedor, foi criada por Husserl para fazer frente aos impasses epistemológicos das ciências e da própria filosofia. Impasses estes, que se originaram no persistente dualismo sujeito-objeto, característica básica do pensamento moderno desde Descartes (Coelho Júnior, 2008).

Husserl e Freud frequentavam as aulas de filosofia de Franz Brentano em Viena, embora não se tenha notícia de nenhuma relação pessoal ou intelectual entre ambos. As ideias de Brentano se fazem presentes em Husserl especialmente na noção de intencionalidade (do latim *intentio*). Este é o principal conceito da fenomenologia que, de certa forma, modifica a tradição filosófica quanto à visão do que seja a relação sujeito-objeto (Graña, 2008; Moura, 2008; Schuler, 2008).

Husserl apresenta a noção de intencionalidade como algo inerente ao ato do conhecimento, já que um ato de conhecimento implica, necessariamente em algum objeto de conhecimento.

A partir da segunda metade do século XX, a psicanálise e a fenomenologia se aproximam.

Quando Husserl propõe a psicologia fenomenológica apresenta-a como uma psicologia descritiva (Graña, 2008; Moura, 2008).

Com a evolução de seus estudos Husserl apresenta o fenômeno como um modo subjetivo de doação, pois reporta a um ponto de vista parcial e mutável. Desenvolve o conceito de objeto intencional, ao qual a consciência retorna. Assim nenhum objeto nos é dado independente de algum modo de doação e de apreensão via intencionalidade. Não existe a coisa mesma, a coisa independente de um ponto de vista unilateral e variável (Moura, 2008).

Nesta mesma perspectiva, Husserl também trabalhou o conceito da “consciência do tempo”. É no plano da temporalidade que ele pensa a origem da “síntese ativa”, do

acontecimento apropriador relacionado à unificação de uma multiplicidade de fenômenos que são apresentados à consciência. O tempo não é visto de forma objetiva, é uma temporalidade interna à nossa consciência na qual transcorre a nossa experiência de um objeto temporal. Desta forma o mais significativo é o presente vivo que envolve certa extensão temporal, que contém o agora, um passado imediato e um futuro próximo (Moura, 2008).

Zuben (1985) cita que outro precursor do atual conceito de intersubjetividade foi Martin Buber. Suas ideias, fundamentadas no pensamento filosófico-fenomenológico são resgatadas da experiência vivencial e reflexiva. A base do seu pensamento opunha-se a estabelecer doutrinas, sistemas e conceitualizações que não estivessem alicerçados na experiência, por isso se autodenominou um homem atípico.

Ele afirmou, em um trecho de sua obra “O problema do homem”, que o indivíduo terá rompido sua solidão quando se reconhecer no outro com toda sua alteridade, como si mesmo, como Homem, quando se adiantar em direção ao outro num encontro grave e transformador. Este processo evidentemente só poderá surgir de um abalo e de um brusco despertar da pessoa enquanto pessoa (Buber apud Zuben, 1985, p.162).

Não existe eu isolado, mas somente o eu de uma pessoa ou de outra palavra-princípio. Estas palavras definem a atitude do homem face ao mundo e ao outro. Os princípios da existência humana então são o monológico e o dialógico, respectivamente *eu-isso* e *eu-tu*.

A relação dialógica *eu-tu* resguarda a alteridade e a individualidade dos participantes. A presença passa a ser justamente o momento de reciprocidade. O *tu* se dá na presença e não na representação de um *eu*. A relação é uma ação imediata. Quando o outro é considerado um objeto do meu uso, torna-se um *isso*. Existe então uma relação monológica: *eu-isso*.

A perspectiva fenomenológica de Merleau-Ponty representou também um importante desenvolvimento dentro da concepção intersubjetivista. Tendo sido professor de psicologia infantil e pedagogia na Sorbonne, ele utilizou-se da psicanálise na construção de sua obra. Sugeriu a substituição das metáforas energéticas freudianas por metáforas estruturais, tomando por fundamento a ação do corpo sobre o mundo humano, constituindo os significados dinamicamente.

Entre os filósofos fenomenológicos, Lévinas é provavelmente aquele que acentuou a importância do conceito de responsabilidade na relação com o outro. Foi tradutor de Husserl e influenciado por ele. Seu pensamento parte da ideia de que a ética, e não a ontologia, é a filosofia primeira. No face a face humano é que surge todo o sentido. Diante do rosto do outro, o sujeito se descobre responsável e lhe vem à mente o infinito.

Conforme Franco Filho e Sandler (2006) lembram, Freud utilizou referenciais de vários pensadores: Kant, Sófocles, Shakespeare, Goethe, Hegel, Brentano, Schopenhauer..., entretanto, não fez filosofia nem se filiou a nenhuma corrente filosófica. A clínica era soberana, sendo fonte e instrumento do trabalho científico e tendo por base o puro empirismo. Se encontrarmos pontos de afinidade entre a fenomenologia e a psicanálise, como evidenciam as obras de Winnicott, Kohut e Lacan, há algo que distingue o método fenomenológico e o método psicanalítico.

Freud observava fatos clínicos e para falar deles recorria a formulações teóricas, enquanto Husserl e Merleau-Ponty construíram seus sistemas filosóficos a partir da experiência própria e da filosofia que os antecedeu.

A fenomenologia é principalmente uma ciência dos fenômenos, de objetos concretos e de fatos, conforme eles são experimentados ou se apresentam à consciência através dos órgãos do sentido. A intencionalidade apresenta-se como um conceito básico da fenomenologia, quando todos os atos da consciência apontam para algo. Trata-se, portanto, de uma exploração sistemática e plena da consciência. Para Freud, a consciência é apenas uma parte da mente, sendo que, ignorar o inconsciente pode ser um indicativo de uma atividade reflexiva extra-analítica. Então, poderíamos dizer que a fenomenologia e a psicanálise freudiana transitam por caminhos diferentes, embora encontrem zonas de afinidade ou sobreposição que oportunizam o enriquecimento de ambas.

II - OS PRECURSORES DO CONCEITO DE INTERSUBJETIVIDADE EM PSICANÁLISE

Depois de percorrer o terreno da filosofia fenomenológica serão rastreadas, a partir daqui, algumas contribuições teóricas que poderão ser colocadas como prenunciadoras da noção atual de intersubjetividade em psicanálise.

Um dos possíveis pilares do termo intersubjetividade em psicanálise é o conceito de contratransferência: conjunto das reações inconscientes do analista ao analisando e, em particular, à transferência deste. (Laplanche Pontalis,1997). É importante lembrar que a noção de contratransferência freudiana surge no descobrimento do amor transferencial. Freud enfatizou a preocupação com a possibilidade do analista se perder em seus próprios “pontos cegos” (Freud 1912, p. 115).

Discípulo mais próximo da concepção freudiana, Ferenczi (1909) foi pioneiro na investigação das emoções que incluem o analista na presença do analisando. Ampliou de forma radical, a ação e o campo da transferência e, por outro lado, manteve um espaço separado para o relacionamento real com o analista como uma pessoa real.

Ao utilizar a contratransferência no processo de compreensão psicanalítica, Ferenczi (1921) prenuncia suas experiências de análise mútua e técnica ativa mútua. Tais formulações teóricas o levaram a uma explícita confrontação com a pretensa neutralidade científica, vigente no reinado iluminista daquele período. Admitir, então, a participação ativa do observador no fenômeno observado, integrando-o, colocava em questão esta ilusão racionalista. Assim identificamos a contribuição ferencziana como base de posteriores conceitos hoje identificados como fenômenos do campo intersubjetivo da análise.

Na segunda metade do século XX, Racker (1948, 1953) e Paula Heimann (1950), em Buenos Aires e Londres, desenvolveram uma importante mudança conceitual. Abordaram o fato do analista passar de observador a integrante do campo analítico.

Com influências tão variadas do construtivismo social, do existencialismo, da fenomenologia, do pós-modernismo e da filosofia da mente a contratransferência passa de obstáculo à ser instrumento privilegiado de trabalho. Racker talvez seja o mais poderoso e evidente porta-voz da permissão e da participação da subjetividade do analista como fato irredutível nas interpretações explícitas e em uma ampla diversidade de comunicações analíticas (Racker,1951).

A reação contratransferencial corresponde à tentativa do paciente de encenar uma fantasia transferencial (Gabbard, 1995). Termos como identificação projetiva, *role-responsiveness* (correspondência de papéis) e *enactment* (*colocar em cena*) *contratransferencial* são utilizados para designar este fenômeno (Gabbard, 2006).

Os pacientes despertam certas reações no terapeuta de acordo com seus próprios conflitos e representações internas de *self* e objeto, determinando a forma final das respostas contratransferenciais. Atualmente há unanimidade teórica no discurso psicanalítico de que a contratransferência é uma criação conjunta do paciente e do analista (Gabbard, 2006).

Na ampliação do conceito de contratransferência, nas críticas da neutralidade e nos modelos psicológicos unipessoais, a questão da realidade volta a aparecer. A ideia de que o papel real do analista é de agente e não objeto do mundo interno ou alvo das projeções do paciente está também na origem do conceito de intersubjetividade. Greenson, em 1967, distinguia e mantinha lugares separados para uma aliança de trabalho e um relacionamento real.

Lacan e a Intersubjetividade

Lacan (1953, 1954) compreende a intersubjetividade como sendo um meio pelo qual a palavra pode ser reconhecida. Para que seja uma palavra plena, é preciso ser reconhecida por alguém. Na análise, esse alguém é o analista. *“Uma palavra não é palavra a não ser na medida exata em que alguém acredita nela”* (Seminário I, 1972, p.272).

A intersubjetividade na clínica comporta um interlocutor e um ouvinte. Ela põe em operação a função simbólica da fala que inclui o ouvinte como uma subjetividade capaz de devolver o discurso, transformando a análise numa “comunicação em que o emissor recebe do receptor sua própria mensagem sob forma invertida”. (Lacan, 1998, p.298).

Lacan diz que a linguagem, por si só, inclui a subjetividade quando um fala ao outro. Nesta fala-história contada pelo paciente na análise, os conteúdos inconscientes não são trazidos à consciência, mas são apropriados pelo sujeito analisado através da assunção de sua história ou da maneira como a conta na relação intersubjetiva.

É através do mecanismo operante em uma análise, que impõe tanto o surgimento do fenômeno da transferência quanto da resistência, que Lacan busca modular o caráter importante da fala como o terceiro elemento na relação intersubjetiva do par analista/analizando. Vejamos:

Na sua essência a transferência eficaz de que se trata é simplesmente o ato da palavra. Cada vez que um homem fala a outro de maneira autêntica e plena, há, no sentido próprio, transferência, transferência simbólica – alguma coisa se passa que muda a natureza dos dois seres em presença (Seminário I, p.130).

O conceito de intersubjetividade implícito na obra de D. W. Winnicott

Ao longo dos anos, Winnicott trabalhou a questão de como o indivíduo se desenvolve: do caminho da dependência absoluta para a dependência relativa e desta, rumo à independência *nunca* realmente alcançada. Para percorrer esta linha da vida e tornar-se um ser em desenvolvimento, o autor enfatiza a presença da mãe suficientemente boa, que proporciona e sustenta no tempo e no espaço, a experiência do bebê de uma contínua integração psicossomática (Winnicott, 1963/1990).

Examina a doença como uma inibição da espontaneidade potencial que caracteriza a própria substância da vida da criança. Estas *quebras, distorções* causadas na relação primitiva mãe-bebê provocam sensações que a criança não consegue entender e processar de maneira satisfatória, devido a seu estado de imaturidade inicial. Consequentemente, não encontra um lugar dentro de si para tais experiências, o que as transforma em lacunas na experiência do ser, vivências de morte ou ausência do objeto.

Assim Winnicott (1951/1975) trabalha com o valor positivo da ilusão. Dito de outra forma, a mãe, através de sua adaptação ao bebê, oportuniza que o seio faça parte dele. Sendo assim, o bebê depende dela e desconhece essa dependência, pois o objeto, neste momento, ainda é subjetivamente concebido. Observamos a importância de uma relação estável com o ambiente: a mãe está onde deveria estar e, ao mesmo tempo, o bebê não-integrado tem a oportunidade de conceber, naquele exato momento, o objeto mãe-seio, que está presente para ser criado e encontrado, estabelecendo uma primeira ponte com a realidade exterior.

Nestas idas e vindas de criações onipotentes e ilusões, o simbólico vai sendo encontrado e, ao longo dos meses, através da tarefa gradativa da mãe de desiludir seu pequeno bebê, o objeto torna-se objetivamente percebido. Com isso a criança vai adquirindo condições de sobreviver à destruição do objeto e de reconstruí-lo, usá-lo e destruí-lo novamente como melhor lhe convier.

O autor manteve-se sempre interessado nesta terceira zona chamada de intermediária, da primeira possessão não-eu situada entre o subjetivo e aquilo que é objetivamente percebido pelo indivíduo. Ensinou-nos, em seus vários relatos de casos clínicos, que no espaço entre o analista e seu paciente, deve-se ter cuidado especial com o narcisismo deste último, bem como manter a comunicação entre ambos dentro da órbita de onipotência do indivíduo (Winnicott, 1949/2000).

Mesmo que Winnicott não tenha utilizado em sua obra o termo intersubjetividade e que a palavra sujeito não seja de uso corrente, fica claro que construtos teóricos como objeto subjetivamente concebido, objeto objetivamente percebido e espaço e objetos transicionais contêm em sua história a ideia de um sujeito e de um outro (empírico, real) e de um terceiro espaço ou zona de experiência (Graña, 2008).

Kohut e a Intersubjetividade

Heinz Kohut (1913-1981) foi o criador da Escola chamada Psicologia do *Self*, que dá ênfase à normalidade e a patologia dos transtornos narcisistas. Propôs duas novas estruturas relacionadas com a constituição do *self*, ambas de formação arcaica: o *self* grandioso/onipotente e a imago parental idealizada.

A sua abordagem no entendimento do homem rendeu a criação de um novo paradigma na psicanálise. Em seu artigo “Introspecção, Empatia e Psicanálise” (1959) começou a diferenciar os fenômenos físicos - aqueles observados pelos nossos sentidos, dos fenômenos psicológicos - aqueles cujo método essencial de observação são a introspecção e a empatia.

Kohut começa a reforçar a importância da experiência vivida pelo ser humano ampliando a distância do modelo instintivista freudiano. O desenvolvimento humano aconteceria sempre dentro de uma matriz de relações *self – selfobjetos*.

Contribui mudando a forma de pensar o narcisismo, os objetos, a sexualidade e a agressividade, salientando o envolvimento direto e simbólico do *self* no mundo. As mudanças observadas no processo analítico operam simultaneamente no intrapsíquico, no intersubjetivo e no interpessoal, sendo possibilitadas pelo desenvolvimento da relação entre paciente e analista. Desenvolve os conceitos de *selfobjeto*, transferências *selfobjetais* e empatia. Destaca a empatia como método de investigação das dificuldades

ou impossibilidades de determinados pacientes fazerem representações, sendo este o conteúdo específico da Psicanálise, no seu entender.

Para Kohut (1984) o campo de observação inclui obrigatoriamente o observador.

Piera Aulagnier e a Zona de Encontro

Piera Aulagnier, psicanalista francesa, apoia sua tese de constituição do eu na premissa de um encontro. Encontro este do corpo da criança com as produções da psique da mãe, inaugural à vida e base de todo processo de inscrição do sujeito. O que é transmitido é pré-moldado e denuncia a sujeição do porta-voz (mãe) ao sistema de parentesco, a estrutura linguística e aos afetos (Aulagnier, 1979).

Quando a mãe fala do filho e ao filho passa a ser enunciante e mediadora, transmitindo através de sua psique, o proibido e o permitido, os limites do possível e do impossível, estabelecendo assim, os enunciados identificatórios. Processo chamado de violência primária através do qual se constitui um sujeito autônomo. Se o desejo materno prevalece na constituição do sujeito teremos a chamada violência secundária na qual constitui-se um sujeito alienado.

A potencialidade do vínculo fica marcada pela escolha entre dois caminhos a seguir: alienação ou autonomia. Há um lugar investido de prazer que é próprio do processo identificatório. Mas só o prazer encontrado na criação do novo, do único e do secreto, proporcionado pelo vínculo desalienante, o promove. Ao mesmo tempo, há uma dose de prazer na alienação, na falta de dúvida, no não movimento. A situação de vincular-se depende desta luta entre o que aliena ou independiza (Aulagnier, 1979).

O estudo dos fenômenos de campo analítico pelos Baranger

Em meados da década de 60, os Baranger (1961) publicaram “A situação analítica como campo dinâmico” e nele desenvolveram duas ideias que se mantêm até a atualidade: a noção de campo dinâmico e noção de fantasia inconsciente bipessoal ou básica.

A ideia de campo dinâmico foi inspirada na teoria da Gestalt e na fenomenologia, a noção de fantasia baseou-se nas concepções de Klein, Isaacs e Bion. Os autores descreveram diversos aspectos do campo, tais como: o aspecto espacial, sua dimensão temporal e sua configuração funcional todos determinados pelas características do enquadramento. Sua hipótese central é que a situação de análise promove o aparecimento de uma nova “*gestalt*”, ou seja, uma fantasia inconsciente do par, diferente das fantasias do paciente ou das do analista individualmente. Esta fantasia está na base do campo analítico, tanto de seus movimentos, quanto de suas paralisações.

III – PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Em seu artigo sobre uma revisão crítica do conceito de intersubjetividade, Dunn (1995) a define como a consideração pelo interjogo dinâmico das experiências subjetivas do analista e do paciente na situação clínica.

Stern (2007) ao fazer um recorrido do termo intersubjetividade, descreve-o em linhas gerais como capacidade de compartilhar a experiência vivida pelo outro e em termos específicos concorda com a definição de Dunn. Diz que o termo está latente no discurso analítico como um pressuposto básico oculto, pois as pessoas conversam sobre suas experiências subjetivas porque acreditam que o outro é capaz de compreendê-las.

Posta em evidência nas últimas décadas, surge como categoria de abordagem de grande relevância na teoria e na prática clínica, capaz de diferenciar-se das concepções clássicas em sua fonte, meta e no fim último, impondo-se natural e inevitavelmente na sessão. Emanada da criação conjunta e combinada das subjetividades do par analítico sendo determinada, portanto, pelos fenômenos interativos e relacionais do momento ao contrário da concepção clássica que se prende ao intrapsíquico,

A meta central na visão intersubjetiva é estabelecer relacionamentos objetivos, trazendo para o primeiro plano a subjetividade do analista, relegada a uma posição secundária na relação clássica. A imprevisível interação entre essas duas mentes (analista/ analisando) promove o surgimento de algo que antes não existia ali. A observância desta natureza inevitavelmente intersubjetiva na sessão vem aflorando tendências na psicanálise, abrigando a espontânea emergência dos acontecimentos a partir de uma matriz interativa de co-criação social.

A psicanálise, ao tratar a intersubjetividade utilizou o termo empatia para abarcar as muitas facetas deste conceito. De base relacional para uns ou intuitiva para

outros, na visão clássica a empatia vem servindo a inúmeras interpretações, uma vez que ocupa o lugar da intersubjetividade. Esta é, acima de tudo, um processo humano fundamental do qual a empatia se utiliza para criar seus múltiplos significados.

A intersubjetividade inclui tanto a compreensão do que está acontecendo na mente do outro, quanto à imersão empática na experiência vivida. A perspectiva intersubjetiva volta-se para os processos mais conscientes do não verbal, na tentativa de não cair no entendimento neutro e reduzido da experiência subjetiva do outro.

Entre os pensadores psicanalíticos existe divergência sobre quando a intersubjetividade se inicia, uma vez que ela não pode iniciar sem que antes haja suficiente diferenciação eu - outro. Stern citando Mahler refere, que na fase inicial do narcisismo primário, não existe essa diferenciação, reconhecendo a impossibilidade de qualquer tipo de intersubjetividade, por mais incipiente que seja, neste momento. Fusão não é intersubjetividade. Havendo diferenciação a partir do narcisismo, podemos pensar numa intersubjetividade primitiva surgindo aí, ou seja, a essência da subjetividade (Stern, 1985). Na procura do entendimento dessa essência, surge a argumentação neurobiológica.

A descoberta dos neurônios-espelho (próximos dos neurônios motores) aparece como base neurobiológica da intersubjetividade. Quando estão em ação, reproduzem com exatidão o padrão observado no comportamento do outro como se ele próprio fosse acionado na sua execução. A atividade desses neurônios-espelho permite participar diretamente das ações dos outros, uma vez que a informação visual (observação do outro) que nos chega é fruto de uma ação sobreposta (dos neurônios-espelho) à representação motora mapeada. Isto posto, faz com que experienciemos o outro como se estivéssemos executando a mesma ação ou sentindo a mesma emoção, criando uma sensação de partilhamento e compreensão das intenções e sentimentos alheios (Stern, 2007).

Esse modo de participar da experiência do outro está presente nos bebês desde o início. A imitação precoce tem sido outra rota para propor formas iniciais de intersubjetividade.

Conforme Maratos (1973), Meltzoff (1995) e outros nascemos com uma capacidade para participar da experiência dos outros como base inata e potencial de intersubjetividade essencial. Partem do pressuposto da existência de uma ação motora

nos bebês, orientada pelo próprio *feedback* proprioceptivo (não visual), frente a uma imagem visual da ação do outro.

Gergely e Csibra (1997) demonstraram que o bebê realiza a ação que supõe ser pretendida, o que é uma forma de “leitura mental” ou intersubjetividade. Demonstração que apoia a noção psicanalítica de que o desejo/motivo é a unidade básica da vida psicodinâmica, não só para quem está desejando, mas também para quem está interpretando os desejos/motivos do outro.

As evidências desenvolvimentistas nos levam a crer que o bebê ingressa em uma matriz intersubjetiva já a partir do nascimento. A princípio, ações, depois intenções e afetos, posteriormente compartilhamento da atenção. No segundo ano, a linguagem, as emoções morais de vergonha, culpa e constrangimento são assimiladas à matriz intersubjetiva como algo que ela agora pode experimentar em si mesma e nos outros.

De um *eu sei que você sabe* para um *eu sei que você sabe que eu sei*, há um salto denominado de aquisição de uma teoria da mente. Esta aquisição, que ocorre na segunda infância, forma a intersubjetividade diádica (bidirecional), mais clara e explícita.

A complexidade e amplitude dos possíveis conteúdos dessa matriz intersubjetiva expandem com o desenvolvimento, enriquecendo e aprofundando cada fase da vida. Nossa mente é assegurada pela matriz de desejos, sentimentos, intenções, ações, pensamentos e crenças das outras pessoas.

A perspectiva intersubjetiva não elimina o foco da psicanálise tradicional no intrapsíquico. Ela o contextualiza. A questão discutida em relação à teoria clássica não é o foco no intrapsíquico e sim sua inabilidade para reconhecer que o mundo intrapsíquico é profundamente contexto-dependente.

Em “*Contexts of Being*”(2004) de Stolorow & Atwood que têm contribuído para o desenvolvimento deste enfoque, é encontrado o conceito de que um sistema intersubjetivo implica numa influência mútua recíproca entre os mundos intrapsíquico e interpessoal.

Considerada mais essa linha de argumento, podemos afirmar que, na perspectiva de sistemas intersubjetivos, a grande distinção entre as psicologias de uma pessoa e duas pessoas – o centro de muitos debates em psicanálise – é uma questão ultrapassada.

Partindo de uma perspectiva intersubjetiva, o complexo de Édipo de Freud, as posições esquizo/paranoide e depressiva de Klein, o espelhamento de Lacan... podem

ser desabsolutizados e desuniversalizados sendo reconhecidos como poderosos simbolismos e metáforas.

No *setting* analítico, trabalhar e pensar contextualmente significa reconhecer que analista e paciente formam um sistema psicológico indissolúvel e que nenhum pode, sem violentar a integridade desta experiência, ser estudado sozinho. As atividades organizadoras de ambos os participantes em qualquer processo psicanalítico são cruciais para entender os significados e impasses que se desenvolvem em um campo intersubjetivo específico.

Quando o processo emperra, o analista não pensa que o paciente está resistindo, ao invés disso imagina como esse bloqueio foi co-construído. Não pergunta apenas sobre a história do paciente e suas convicções emocionais, mas também sobre si mesmo, bem como, sobre a que compromissos teóricos pode estar se prendendo.

Wittgenstein (apud Stolorow & Atwood) o chama *aspecto-cegueira* que resulta de uma inabilidade para trocar de perspectivas, expandir horizontes ou descentralizar.

Em consonância com esta perspectiva está Ogden (1992), ao introduzir o conceito do terceiro analítico, no qual analista e analisando, nascem no processo de criação do sujeito analítico. O analista dá voz e participa da criação da experiência que é o passado vivo do analisando e, desta maneira, não só escuta sobre a experiência do analisando, mas também vivencia sua própria criação desta. Simultaneamente, o analisando vivencia seu próprio passado vivo, enquanto criado intersubjetivamente no terceiro analítico. Assim ele não vivencia novamente o seu passado, mas o vivencia como sendo criado pela primeira vez no processo de estar sendo vivido no e por intermédio deste terceiro analítico.

Destacamos agora a contribuição dos autores René Kães, Isidoro Berenstein e Janine Puget, que se propuseram a desenvolver a noção de uma metapsicologia intersubjetiva, a partir de suas experiências da análise de grupo, casal e família.

A proposta de Kães (1997) é a de tentar articular as relações entre o duplo limite descrito por A. Green (1982), constitutivo do espaço psíquico: o limite intrapsíquico entre o inconsciente e o pré-consciente/ consciente e o limite inter-psíquico entre o *self* e o não-*self*.

O principal problema é explicar esses dois fatos: que os dois limites cruzam – dentro e fora de cada sujeito e que a textura psíquica da intersubjetividade é a condição do sujeito do inconsciente (Kaes, p. 247).

O autor, apoiando-se em Freud, supõe em suas elaborações sucessivas uma concepção poli-tópica do inconsciente: o espaço intrapsíquico individual não é mais concebido como o lugar exclusivo do inconsciente. Kaës destaca que a ideia de uma tópica deslocada, isto é, intersubjetiva foi introduzida por Freud a partir do momento em que a questão da transmissão psíquica colocava-se não apenas na escala de várias gerações, mas também em uma sincronia do sujeito quer formasse um casal, uma família ou um grupo.

Segue afirmando que os princípios constitutivos dessa metapsicologia são os seguintes: o inconsciente se manifesta na realidade psíquica do agrupamento, trabalha e é trabalhado nesta mesma realidade psíquica conforme uma lógica própria, certas formações e certos processos psíquicos são preferencialmente trabalhados por e no agrupamento.

Assim, o postulado fundamental que sustenta esta metapsicologia são as formações e os processos que estão operando no vínculo intersubjetivo tributários daquele mesmo inconsciente objeto teórico da psicanálise. Não são, porém, as mesmas formações e os mesmos processos manifestos no dispositivo do tratamento do sujeito singular. Isto é, seus processos de formação, seus conteúdos e suas manifestações não coincidem estritamente com os limites e a lógica interna do aparelho psíquico do sujeito considerado isoladamente. Supõem a existência de uma função co-recalcadora do nível do grupo e da produção grupal de um recalçamento.

Tal hipótese não está em contradição com o fato sublinhado por Freud, de que o recalçamento propriamente dito é no mais alto grau individual. O que ele desenvolve é a noção das condições intersubjetivas do recalçamento.

Sua hipótese centra-se na ideia de que certas modalidades do recalçamento operam nas alianças inconscientes, nos pactos denegativos e nos contratos narcísicos. Decorrente desta, entende que o sintoma seria focalmente mantido pelo conjunto intersubjetivo, por razões que derivam de uma lógica e de uma economia próprias. O sujeito é corpo e grupo, impossível escapar desta dupla determinação.

Berenstein e Puget, desde os anos 70, vêm se dedicando a construir uma teoria que amplie e fundamente os conceitos clássicos da Psicanálise contextualizando de forma teórico-clínica o espaço dos vínculos.

Um dos questionamentos do grupo de intersubjetivistas, diz respeito ao lugar do analista como objeto interno transferencial: Seria este lugar anulado pela ideia do analista como “outro”?

Berenstein (2004) responde que são dois setores da sessão com regras técnicas e metapsicológicas distintas. Estaria havendo, na atualidade, uma nova forma de pensar o outro, o estrangeiro, o alheio (*ajeno*), existindo duas grandes fontes de sofrimento: a sexualidade (que persiste desde Freud) e o poder (que poderia vir desde o período da Primeira e Segunda Guerra Mundial).

Para a teoria vincular o ponto de vista é vincular, trata “o que se faz”, “o que se produz entre dois sujeitos” concebendo a construção da subjetividade desde a infância, como desde “fazer agora” com o outro, mas não como uma derivação do infantil. A identidade é essencialmente conservadora, colocando o passado como atual e central. A intersubjetividade opõe-se a tudo isto, apresenta o outro como obstáculo para o identitário, pois assegura um estar por vir(*devenir*).

Berenstein (2004) desenvolve a concepção de que a relação do sujeito com os outros e do sujeito com o mundo social implica em duas tarefas: inscrever sua pertença e optar pela forma de pertencer. Tal situação modela sua subjetividade, objetiva a relação com os outros e altera o mundo que o rodeia.

A partir da idéia de um aparelho psíquico que se organiza em zonas diferenciadas, definem-se três espaços: intra, inter e transpsíquico.

- Espaço intrapsíquico é o mundo interno com representações, imagens, sonhos, fantasias. Tal espaço precisa do outro para se constituir, mas se move independentemente da presença deste.
- Espaço intersubjetivo é o espaço interpessoal no qual o sujeito está com o outro e com ele intercambia amor, ódio, ternura. Neste espaço, a presença do outro é imprescindível.
- Espaço transubjetivo representa o sociocultural no qual se estabelecem relações com a sociedade através de seus valores, crenças, ideologias, história, tragédias sociais.

Isso nos leva a pensar o sujeito como vivendo e tendo raízes de forma simultânea em vários mundos. Cada mundo entra em cena dependendo do estímulo recebido. Esse aparelho psíquico é concebido como um sistema aberto, que se fundamenta no paradigma científico vigente.

As três áreas têm uma experiência sincrônica, porém cada uma tem potencialidade para produzir um acontecimento ou sofrimento específico nos sujeitos de um vínculo. A interpretação errônea dos acontecimentos produz confusão nos sujeitos que se encontram em análise.

Spivacow (2005) postula que uma dimensão não existe sem a outra, se tratam de três aspectos de um único processo, constituindo assim uma tridimensionalidade.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do recorrido realizado, observa-se que o tema da intersubjetividade surgiu, de forma mais ou menos independente, no campo da filosofia, na investigação da relação mãe-bebê e na teoria psicanalítica.

Sob nosso ponto de vista e de vários autores revisados, somos levados a pensar que a falta de diálogo entre os diferentes campos que têm tratado do tema, contribui para sua segmentação.

Freud, em consonância com o paradigma científico de sua época (paradigma cartesiano), desenvolveu uma noção de aparelho psíquico funcionando como uma máquina que administra energias pulsionais surgidas dentro do organismo. De forma geral, a organização da experiência depende das vicissitudes destas energias e o contexto contribui na medida em que as afeta. Esta abordagem que é causal e positivista procura conexões que supostamente já existem na mente do sujeito.

À primeira vista, a ligação entre a psicanálise, que se assenta sobre uma teoria do inconsciente, e a fenomenologia, que tem como base uma reflexão sobre o sentido profundo da experiência consciente, parece incompatível.

Atualmente, no entanto, todas as escolas de psicanálise reconhecem a intersubjetividade como o interjogo dinâmico entre as experiências subjetivas do analista e do paciente. A fenomenologia, em contrapartida, tem servido como instrumento teórico para a fundamentação da prática clínica.

Os desenvolvimentos teóricos situam-se de acordo com um novo paradigma científico: o paradigma da complexidade, proposto por Morin (1996,1999). Dizemos que existe complexidade, quando diferentes elementos são inseparáveis e constituem o todo. Assim, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. Não é nem a unidade e nem o múltiplo e só pode ser enfocada pela transdisciplinaridade.

O pensamento multidimensional, ao abarcar diferentes aspectos de uma mesma realidade, no nosso caso, o sujeito e o grupo no qual se constitui, propõe uma dialógica em que dois ou mais princípios estão unidos sem perder sua especificidade nesta unidade.

Esta é a complexidade do SER,
dos sujeitos do VÍNCULO,
dos sujeitos do INCONSCIENTE,
dos sujeitos da CULTURA.

Complexidade esta que, certamente, só pode ser enfocada a partir da aproximação entre as disciplinas e do atravessamento destas.

Nossa intenção aqui foi abrir o espaço para o diálogo e a reflexão entre os diferentes teóricos. Desta forma, esperamos ter podido oferecer uma contribuição para o desenvolvimento do conceito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AULAGNIER, Piera. **A Violência da Interpretação**. Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- BARANGER, M. e BARANGER, C. (1961). La situación analítica con el campo dinámico. In: Problemas Del campo Psicoanalítico. Buenos Aires. Ed. Kargieman, 1969.
- BERENSTEIN, I; PUGGET, J. **Lo Vincular**: clínica y técnica psicoanalítica. Buenos Aires: Paidós, 2004.
- COELHO JUNIOR, N.E. Fenomenologia e Psicanálise: encontros e desencontros. *Ciência e Vida Filosofia - Especial Psicanálise e Filosofia*, v.1, p.24-35, 2008.
- CHAMA C, et al. Lo Vincular: una lectura de Piera Aulagnier. **Vínculo e Inconsciente. Revista de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo**, Buenos Aires, v. 18, n. 1, p.70-71. 1995.
- DUNN, J. **Intersubjetividade em Psicanálise**: uma revisão crítica, *Livro Anual de Psicanálise* 11, p. 201-216, 1995.
- FERENCZI, S. (1909-1921). **Obras Completas**, v. III. São Paulo: Martins Fontes.

FRANCO FILHO, O.M.; SANDLER, P. C. Intersubjetividade: Progresso em psicanálise? **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 39, n.4, p.89-112. 2006.

FREUD, Sigmund. (1912). **Obras Completas** v.12. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GABBARD, G. **Countertransference: the emerging common ground**. Int. J. Psychoanal. v.76, n.3, p. 475-85. 1995.

GABBARD, G. **Psiquiatria Dinâmica na Prática Clínica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

GERBER, I. Caminhos da Intersubjetividade: Ferenczi, Bion, Matte-Blanco. **Psicologia USP**, v. 10, n.1, p. 141-155. 1999.

GERGELY, György; CSIBRA, Gergely. **Teleological reasoning in infancy: The infant's naïve theory of rational action a reply to Premack and Premack**. Cognition 63, 1997, p. 227-233.

GRAÑA, Roberto B. **Origens de Winnicott: ascendentes psicanalíticos e filosóficos de um pensamento original**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

GRAÑA, Roberto B. **Comunicação Pessoal**, 2008.

GREEN, André. **O Discurso Vivo: uma teoria psicanalítica do afeto**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

GREENSON, Ralph. **A Técnica e a Prática da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago. v. 1, (1981 [1967]).

HEIMANN, P. (1950). **On Counter-Transference**. Int. J. Psychoanal. v. 31, p.81-84.

HUSSERL, Edmund (1913). **Ideas Relativas a una Fenomenología Pura y una Filosofía Fenomenológica**. Trad. José Gaos, 3. ed. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

HUSSERL, E. (1929/1969). **Méditations Cartésiennes**. Paris: Vrin. Traduit par E. Lévinas et G. Peiffer

KAËS, Rene. **O Grupo e o Sujeito do Grupo: elementos para uma teoria psicanalítica do grupo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

KOHUT, H. (1977) **A Restauração do Self**. Imago Editora Ltda., Rio de Janeiro, 1988.

KOHUT, H. (1959). Introspection, Empathy and Psychoanalysis. **Journal of the American Psychoanalytic Association**, v. 7, p.450-483. 1990.

KOHUT, H. **Self e Narcisismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, Jacques. **O Seminário**: livro 1 os escritos técnicos de Freud, 1953-1954. Texto estabelecido por Jacques Alain Miller. Tradução de Betty Milan. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LAPLANCHE, J. ; PONTALIS J. B. **Vocabulário de Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LÉVINAS, E. Totalidade e Infinito. Trad. José Pinto Ribeiro. Lisboa: edições 70, 1988.

MARATOS, O. **The Origin and Development of Imitation in the First Six Months Of Life**. [Ph.D. Dissertation]. University of Geneva. 1973.

MELTZOFF, A.N. Understanding the intentions of others: re-enactment of intended acts by 18-month-old children. **Developmental Psychology**, v. 31, p. 1–16. 1995.

MOURA, Carlos Alberto R. de. Husserl Intencionalidade e fenomenologia. Revista MENTE E CEREBRO & FILOSOFIA, n°5,p. 6-15.2008.

OGDEN, T. **The Matrix of the Mind**. Object relations and the psychoanalytical dialog. Londres: Karnac Books, 1992.

RACKER, H. (1948-1953). **Contributein to the problem of Countertreasference**. Int. J. Psyc. v. 29, n.12, 1951.

REPA, Luiz Sérgio. O Senhor e o Escravo: o desejo e a formação do sujeito em Hegel. **Viver Mente & Cérebro Especial**, v. 3, p. 92-98, 2007.

SCHÜLER, D. Comunicação Pessoal,2008.

SPICACOW, Miguel Alejo. **Clínica Psicoanalítica com Pares**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

STERN, Daniel. **Compêndio de Psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

STERN, D.N. **The Interpersonal World of the Infant**. New York: Basic Books, 1985.

STOLOROW, R. D. & ATWOOD, G. E. , **Contexts of Being**: The intersubjective foundations of psychological life. Hillsdale, New Jersey: The Analytic Press, 2004.

WINNICOTT, D. W. (1951/1975). **Objetos Transicionais e Fenômenos Transicionais**. In: *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, p.13-44. 1975.

WINNICOTT, D.W. (1963/1990). Da dependência à independência no desenvolvimento do individuo. In: o ambiente e os processos de maturação – estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artes Médicas,p.79-87.1990.

WINNICOTT, D.(1949/2000). A Mente e sua relação com o Psicossoma. In: Da Pediatria à Psicanálise: Obras Escolhidas. Rio de Janeiro: Imago, p.332-346.2000.

ZUBEN, Newton Aquiles von. **Martin Buber e a Nostalgia de um Mundo Novo.** Publicado em Reflexão, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. n. 32 maio/ago. 1985. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/vonzuben/nostalg.html>. Acesso em: 26 nov. 2008.